

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem sobre o assunto.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Desculpe-me, mas não vejo em V. Exa. autoridade para me interceptar ou impedir que líderes ou deputados se manifestem.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Campos Machado, gostaria de pedir, por favor, a V. Exa. que formule a questão de ordem sobre o processo de votação. Vossa Excelência tem a palavra assegurada.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, não irei mais formular a questão de ordem pela intolerância do deputado Alencar Santana Braga. Ele imagina que é poderoso, que manda aqui. Em vista disso, eu deixo de registrar. Irei pedir ao deputado Alencar Santana Braga para, na próxima vez, se candidatar ao cargo de presidente e não interferir nas questões que não lhe dizem respeito.

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está encerrada a vota...

O deputado Afonso Lobato gostaria de fazer a alteração do seu voto?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, está encerrada. Vossa Excelência acabou de declarar.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - A alteração de voto é possível.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Vossa Excelência acabou de dizer que está encerrada a votação.

O SR. AFONSO LOBATO - PV - PARA COMUNICAÇÃO - Não! Eu gritei de lá. Voto sim, Sr. Presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Vossa Excelência afirmou que estava encerrada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Afonso Lobato, para não ter problema, eu irei manter o seu voto como “não”, porque consta como quórum no processo e para não haver nenhum tipo de questionamento. Realmente, eu havia encerrado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Não havia encerrado, Sr. Presidente. Lá vem de novo o deputado Alencar Santana Braga, pensando que manda na Casa. Isso é impossível.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Eu havia encerrado, deputado Campos Machado. Irei atender ao requerimento. O deputado Alencar Santana Braga tinha razão. Estava no meio do processo de encerramento. Eu havia encerrado.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 48 Srs. Deputados: 46 votaram “sim”, um votou “não”, e este deputado na Presidência, quórum suficiente para prorrogar os nossos trabalhos por duas horas e 30 minutos.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, V. Exa. disse hoje e voltou a repetir que seria o presidente de todos. Há deputados que reclamam quando a oposição pede verificação de presença ou de votação, principalmente a verificação de presença, para saber se tem ou não 24 deputados, quórum suficiente para a continuação dos debates.

Dizem que fazemos isso reiteradamente, que isso atrapalha o processo. Porém, não é a primeira vez que o seguinte ocorre: no meio de uma verificação, seja de presença ou de votação, um deputado da base do Governo faz questões de ordem para ganhar tempo, possibilitando que outros deputados cheguem ou tentando convencer alguém a alterar o seu voto.

Dessa maneira, Sr. Presidente, iremos entender que V. Exa. não está agindo como presidente da Casa, mas como presidente de um lado, porque a tentativa de suprimir, na proposta de alteração do Regimento, é justamente o direito da oposição. Não é nada que afete a situação. Mais uma vez, afirmo que, se a verificação de presença, que agora só será possível de 15 em 15 minutos, fosse algo que beneficiasse a oposição...

Em nossa opinião, não é. Hoje o deputado Carlos Bezerra Jr. fez um apelo na Comissão de Direitos Humanos para que nenhum deputado deixasse a comissão, porque, se acabasse o quórum, ele seria obrigado a encerrá-la. A verificação de presença permite justamente o inverso: ganha-se tempo, os deputados chegam ao plenário e o quórum é atingido. Portanto, ela só beneficia o governo, e não a oposição. Se fosse igual à comissão, não verificado o quórum, deputado Wellington Moura, que tem pedido verificação, automaticamente estavam encerrados os trabalhos.

Aqui, além de não ser feito isso na verificação de presença, ainda tem dado tempo para questões de ordem descabidas naquele momento, que estamos no processo de votação, para que dê tempo para que o deputado chegue e a votação se encerre.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado Alencar, este presidente é o presidente dos 94 deputados. Fui favorável a sua questão de ordem, contra uma questão de ordem de outro deputado. Atendi V. Exa. porque julgava, e achava que V. Exa. tinha razão. Já tinha dado comando de encerramento da votação.

Vamos deixar uma coisa muito clara. Questão de ordem é direito de qualquer deputado, e cabe a este presidente discutir se é ou não cabível a questão de ordem. Eu vou permitir, para qualquer deputado desta Casa, quando queira formular uma questão de ordem, que formule a questão de ordem.

E quando for no processo de votação, inclusive fui muito insistente com o deputado Campos Machado, a respeito de ele formular prontamente essa questão de ordem. Quando ele não formulou, eu, prontamente, passei a palavra, para dar continuidade.

Vossa Excelência tem a palavra, para encaminhar a votação, em nome do PSOL.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pessoas que nos acompanham nas galerias, quero fazer um cumprimento especial aos servidores agentes fiscais de renda, que estão hoje aqui, e estender esse cumprimento também a todas as pessoas que acompanham pelas redes sociais e pela TV da Assembleia Legislativa.

Estamos tratando aqui do projeto de lei encaminhado pelo Sr. Governador do Estado, em relação à regularização fundiária de terras devolutas, na região de Registro, o famoso Vale do Ribeira. Grande parte do que temos de áreas remanescentes da Mata Atlântica do nosso País, do que sobrou, 22% estão na região do Vale do Ribeira, uma região muito importante. Esse projeto é muito importante.

Assomo à tribuna, Sr. Presidente, para tratar de um tema que eu reputo, nessa quadra histórica do nosso País, tão importante quanto à regularização fundiária dessa região, irmã da região de Sorocaba, que é a região do Vale do Ribeira, tão rica em recursos naturais, mais de 250 cavernas, um rio limpo, como o rio Ribeira de Iguape, mas infelizmente uma região muito esquecida. Tem o IDH baixíssimo, uma das regiões que sofrem muito com a falta de investimento público no nosso Estado.

Sr. Presidente, primeiro quero dizer que, aproveitando a presença dos responsáveis pela arrecadação de tributos do nosso Estado, temos uma tarefa muito grande pela frente, no Brasil, que é a tarefa de corrigir desigualdades.

Dei uma entrevista, esses dias, ao UOL sobre a PEC nº 5, que tramita nesta Casa. É a PEC que vários professores de nossas universidades, do Centro Paula Souza, e os auditores também, têm reivindicado, porque, infelizmente, o governador do estado de São Paulo, tanto o atual quanto o anterior, fazem política barata com os vencimentos que recebem, como representantes do estado de São Paulo.

Na época do governador José Serra, ele dava entrevista dizendo que o salário dele era dos mais baixos, entre todos os governadores da Federação, que ele ganhava pouco em relação aos demais governadores, que ganhava menos que os desembargadores, que ganhava menos que os reitores. Ele fazia política com os parques vencimentos que recebia como governador.

Agora descobrimos, através das delações do Sr. Emílio Odebrecht, que é o grande patriarca da maior empreiteira do Brasil, e uma das maiores do mundo, e também outras delações que vieram à luz do dia, que o ex-governador José Serra, hoje senador da República, recebeu 23 milhões de reais numa conta na Suíça.

Aquele que posava de bom moço, rapaz probo, que vivia com parques recursos, na verdade, sobrevivia com recursos enviados ao exterior, contribuindo para a sonegação fiscal, que é uma chaga no Brasil, recursos esses que serão investigados.

O procurador, Sr. Janot, já fez a denúncia, a petição. Ele vai ter que dizer quem manipulava essas contas. E não vai dar para falar igual Eduardo Cunha disse, que era uma conta empresa, que ele não era o responsável, mas recebia “pro labore” da conta, recebia os rendimentos da conta. E está preso hoje.

O ex-governador de São Paulo vai ter que dizer como sobrevivia com os parques salários que recebia. Agora, está vindo à tona o fato de que, na verdade, ele nunca sobreviveu com o salário de governador. Se essa denúncia for verdadeira, ele se sustentava com o caixa dois das empreiteiras de São Paulo. Quanto ao governador Geraldo Alckmin, chamado de “Santo” nas listas da Odebrecht, é a mesma coisa. Ele não vive com os 21.500 reais, dos quais temos que descontar 27% de imposto de renda. Segundo consta, Emílio Odebrecht e os delatores das empreiteiras disseram que era o cunhado de Alckmin quem fazia o meio de campo. Trocava os cartões, fazia o meio de campo para receber a propina das empreiteiras.

Aqui em São Paulo, temos que fazer um debate sério, maduro, honesto e transparente. É necessário pagar bem o governador de São Paulo, para que tenhamos um governador que fique blindado a esse tipo de expediente. E a população, é claro, tem que escolher bem os governadores do nosso estado, para que não tenhamos um funcionário de empreiteira gerindo São Paulo e fazendo essas PPPs da vida.

Eu ando na Rodovia Castelo Branco todo dia. É muito triste, porque se trata do nome do primeiro ditador brasileiro, o homem responsável por tirar o mandato presidencial de João Goulart. Mas, se não fosse esse o desgosto, há outro maior: uma rodovia inteirainha pronta, feita com suor e sangue dos trabalhadores brasileiros, que foi entregue a uma concessionária. E o que essa concessionária faz? Põe três funcionários para ficarem capinando o acostamento. E recebe rios de dinheiro com os pedágios. O investimento é zero.

Dizem: “mas tal governador foi visitar a Europa, onde também há rodovia privatizada”. Sim, na Alemanha há. E nos EUA também. Inclusive, são sem limites de velocidade. A concessionária faz a rodovia e a administra. Ou seja, ela faz a rodovia. Aqui, não.

O atual prefeito de São Paulo foi presidente da Embratur no governo Sarney, quando foi acusado de desviar 150 milhões de cruzeiros. E recebeu uma representação porque a Embratur, na época, apresentava o Brasil na Europa vendendo turismo sexual. Esse é o Doria. Ele se vende como alguém que nunca foi da política, um gestor. Um gestor curioso, pois sua função era apresentar político para empresário. É isso que faz a empresa dele. Ele foi presidente da Embratur no governo Sarney. Ninguém mais se lembra disso aqui? E houve essa representação por promover turismo sexual do Brasil na Europa. E ele está dizendo que vai entregar a Marginal Tietê e a Marginal Pinheiros para fazer pedágio aqui em São Paulo. É maravilhoso isso: entregar obra pronta para a empresa privada administrar.

Quero falar rapidamente do tamanho da nossa tragédia. Quando Fernando Henrique assumiu em 1994, a dívida era de 64 bilhões. Estão aqui os auditores. Estamos com uma polêmica agora, porque está caindo a receita dos Estados, dos Municípios e da União. Todo mundo está debatendo queda de receita e como ampliar a receita. E agora o governo Temer está discutindo cortar a previdência dos aposentados, dos trabalhadores rurais e dos deficientes. E fazer uma reforma trabalhista. Mas ninguém diz o seguinte: em 1994, quando Fernando Henrique assumiu, a dívida pública era de 64 bilhões. Lula assumiu e deixou a dívida pública em um trilhão e 700 bilhões. Dilma deixou-a em três trilhões. Em 2015, pagamos 15 bilhões de juros.

Não sei se há algum deputado que tenha dinheiro emprestado para o governo. Geralmente, nas reuniões que frequento, com trabalhadores e servidores públicos, eu pergunto se alguém consegue emprestar dinheiro para o governo, e ninguém levanta a mão. São pouquíssimas pessoas no Brasil que conhecem o expediente, que é aplicar seus vencimentos polpu-dos em títulos da dívida pública do tesouro direto, remunerados pela taxa Selic, que é a maior do planeta e já chegou a 150%. É por isso que a dívida explodiu e agora está em 13 por cento.

Perguntaram-me esses dias numa rádio: “deputado Raul, quem está fazendo isso? Quem é o responsável por essa calamidade?” Respondi que era a Rede Globo de Televisão, que não é mais a Rede Globo, que, na verdade, é o Departamento de Marketing do HSBC, do Santander, do Bradesco e do Itaú, porque a Globo estava falindo, no final do governo Lula. Aí pediu dinheiro emprestado para o BNDES, e a outra parte foi coberta pelos bancos. Então, qualquer um que esteja assistindo, hoje, à TV Globo, saiba disso, que você não está assistindo a uma emissora de televisão, mas ao Departamento de Marketing do HSBC, do Santander, do Bradesco e do Itaú.

Mas os bancos não estão só ganhando com a dívida pública, não. A Previdência atende 100 milhões de brasileiros; em 2015, 486 bilhões. A dívida pública atende a cinco mil famílias, no Brasil. Em 2015, 500 bilhões. Mas eles não ganham só aí, não. Estão ganhando também com juros. O cidadão vai comprar um fogão aqui no Brasil. O brasileiro compra parcelado e a taxa de juros está em 98 por cento. Fui fazer uma pesquisa, porque estou com um projeto de lei tramitando na Casa sobre juros compostos. Na Europa, a Media Markt, uma das maiores empresas de eletroeletrônicos, sediada em vários países, cobra 13% de juros anualmente. Na verdade, a dona de casa, quando compra um fogão aqui no Brasil, paga por dois, se fizer crediário. Se parcelar em dois anos, paga por três fogões e vai levar apenas um para casa. E se a pessoa tiver que usar o cartão de crédito, sabem qual o valor do rotativo, em média? Quatrocen-tos e cinquenta e nove por cento. Sabem quanto cobra o San-tander? Seiscentos e trinta e três, que é o mais alto.

Sei que há deputados donos de empresa aqui; tenho escritório de advocacia. Se eu for fazer um empréstimo, sabem quanto está o empréstimo para capital de giro? Na média, no Santander, no Itaú, no HSBC e no Bradesco? Trinta e sete por cento. Qualquer negócio que for aberto, hoje, no Brasil, vai ter como sócio os bancos. Aí fui ver quanto está no Japão, na Europa e nos Estados Unidos: uma média de 2 a 3 por cento. E desconto de duplicata? Sabem quanto os bancos estão cobran-do em média? Porque há banco que cobra quase 200. Cento e sessenta e seis por cento.

Sr. Presidente, para concluir, entrei com um projeto na Casa para obrigar que todos os comerciantes do estado de São Paulo sejam obrigados, por defesa do consumidor, a mostrar os juros compostos, porque ninguém fez Matemática, ninguém tem obrigação de fazer conta. O cidadão vai à loja, quanto são os juros? Oito e meio ao mês. Na Europa, no Japão e nos Estados Unidos, obrigatório é informar os juros anuais, não ao mês, para a pessoa saber que está sendo roubada nas duas pontas - na hora de comprar as coisas, de emprestar dinheiro, e roubado também na hora de pagar os impostos.

Sr. Presidente, fica aqui registrada minha manifestação. Acho que a PEC nº 5 é importante, mas não podemos esquecer os outros servidores, que são também importantes.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, peça a palavra para encaminhar em nome do PTB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Campos Machado, para encaminhar em nome do PTB.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, nobre deputado Cauê Macrís, quero, nesta noite, me referir ao pronunciamento do meu amigo deputado Raul Marcelo, que foi protagonista de uma grande eleição em Sorocaba, candidato a prefeito, enfrentou forças poderosas e foi para o segundo turno. Mas, hoje, ele não foi feliz.

Sempre digo que política não é lugar para covardes, é lugar para gente que tem coragem, por isso estou aqui. Não dá para aceitar o que o deputado Raul Marcelo disse a respeito do governador Geraldo Alckmin.

Geraldo Alckmin é um homem correto, sério, honrado, decente, homem de família, homem profundamente religioso. Já disse aqui várias vezes: fui seu candidato a vice-prefeito , em duas oportunidades, em 2000 e 2008. Posso atestar, nestas duas caminhadas políticas, da correção desse homem.

Será que é possível acreditar piamente em delatores? Dr. Rodrigo Janot deveria, deputado Barros Munhoz, abrir investigação para saber que parte do dinheiro foi entregue aos políticos, que esses delatores disseram que entregaram.

O que se faz hoje? Abre-se inquérito policial e a palavra de um bandido vale mais do que 30 anos de vida honrada e decente.

Não tenho procuração para defender o ex-presidente Lula, mas tenho de dizer que não tem razão a sua condução coercitiva. Como é possível se juntar a um processo-crime 10 mil páginas e dar à defesa apenas dois dias para se manifestar?!

Nunca vim aqui para falar mal de Lula, da Dilma, muito menos, do meu amigo José Dirceu, mas acho que temos de ter um pouco de sobriedade. Leviandade é muito ruim.

Pena que o deputado e advogado Enio Tatto não se encontre em plenário.

O que disse o deputado Enio Tatto? Quem vai provar que a cúpula do PT comprou carros, fazendas, iates?

É verdade.

Agora faço a mesma indagação: qual foi o iate que Geraldo Alckmin comprou? Que fazenda ele comprou? Que viagem à Europa ele fez? Que carro ele tem? Como mora o governador? Com a sala dando trombada para a copa. Eu já fui lá e posso falar. A mesma casa em que morava em 2000, mora até hoje.

Como aceitar a colocação feita pelo deputado Raul Marcelo? Sua Excelência está no seu papel de oposição.

Mas essa oposição aqui da Casa me causa, de quando em quando, uma dúvida cruel: o que é oposição? O que eles buscam? Qual o objetivo da oposição nesta Casa? Às vezes me pergunto: o que fazem os deputados da bancada do PT no Palá-cio dos Bandeirantes querendo conversar com o chefe da Casa Civil deputado Samuel Moreira?

Vão atrás de emendas.

Correto. Correto não quer dizer que é aceitável.

Se eu faço oposição aqui, tenho de ser coerente. Mas, deixando isso para lá, quero lamentar o que aconteceu hoje, por exemplo. Não pertence à bancada do PT, sou líder da bancada do PTB. Assisti hoje, com muita tristeza, o que aconteceu com o deputado João Paulo Rillo.

O acordo feito nesta Casa, com as bênçãos do presidente Cauê Macrís, era para que o PT ocupasse a vice-presidência da Comissão de Direitos Humanos. Não importa quem o PT fosse indicar. Fosse quem fosse. O direito é deles.

Qual não foi a minha surpresa, quando tomo conhecimento de que o deputado João Paulo Rillo não é mais o vice. Quem recuou? A base do governo? A bancada do PT?

Eu sempre digo que é melhor perder do lado certo do que ganhar do lado errado. Eu não tenho nada com isso, mas o precedente é muito perigoso. Se ninguém respeita os acordos, como é que vamos andar em uma Casa, que é um parlamento, palavra que tem origem no verbo “parlare” ?

Como eu fico? Amanhã, como eu posso acreditar que se faz um acordo e cabe ao PTB a indicação da vice-presidência da Comissão de Esportes? Não me importam os motivos, não me importa a composição da Comissão de Esportes. A vice-presidência, que não resolve nada, aliás, pertence ao PTB, e eu vou lutar até o fim.

Não aceito, não pactuo que não caiba ao PTB a indicação de uma vice de uma Comissão de Esportes. Qual é a função do vice-presidente em comissões nesta Casa? Nenhuma. Quem já viu vice-presidente de comissão ter alguma força nesta Casa? Eu nunca vi.

Primeiro, é difícil dar número. Quando dá, está lá o presidente. Aí dizem: “mas deputado Campos Machado, pra que essa intromissão?”. Não estou me intrometendo. Estou seguindo Montesquieu, deputado Raul Marcelo, como disse há pouco. Ameaça a um, é uma ameaça a todos. Injustiça um, injustiça todos.

Amanhã, quem pode passar por isso é o PTB. Eu não vou lutar? Vou me entregar? É muito pouco tempo, Sr. Presidente. Nem consegui falar, vou voltar daqui a pouco para falar sobre a palhaçada que o procurador-geral de Justiça, Rodrigo Janot, fez.

Ele pede o impedimento do ministro Gilmar Mendes no caso do Eike Batista, porque a mulher dele trabalharia em um escritório de advocacia. Porém, segundo comentários, parece que o próprio Janot tem a filha trabalhando em escritório de advocacia com interesses na “Lava Jato”.

“É assim mesmo”. Como eu posso acreditar nesse homem, Rodrigo Janot? Aquele que faz coletivas em “off”. Eu chamo o jornalista e falo: “não conta pra ninguém, é em “off””.

Aí eu digo: “falou isso, isso e isso”. Outra coisa, em todos os inquéritos abertos, em função da Odebrecht, os números não estão correspondendo, os endereços não estão batendo. Acontece, que está havendo uma disputa surda. O Sr. Janot precisa indicar seu substituto.

Agora, nós temos um confronto. Rodrigo Janot, Instituição, tentando derrubar Gilmar Mendes, Poder. Esta é uma reflexão para nós.

Sr. Presidente, vou voltar aqui principalmente em função do que o Supremo decidiu: fazer intervenção, reduzir as prerrogativas dos Legislativos votadas em 88 e 89, nobre deputado Barros Munhoz, dizendo que quem resolve as questões dos governadores, ações, é o STJ, jogando fora as nossas Constituições.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência coloca em votação o requerimento. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como “sim”, os que forem contrários deverão registrar o seu voto como “não”.

- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sr. Presidente, para colocar o Partido dos Trabalhadores em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a obstrução do Partido dos Trabalhadores.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, para colocar o PSOL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a obstrução do PSOL.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Declaro que a bancada do PMDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de obstrução da bancada do PMDB.

O SR. FELICIANO FILHO - PSC - Declaro que a bancada do PSC está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de obstrução da bancada do PSC.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, estamos votando a inversão?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Estamos votando o requerimento de inversão, para que o Projeto nº 873 possa figurar como item 1 da Ordem do Dia.

O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM - Declaro que a bancada do DEM está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de obstrução da bancada do DEM.

O SR. DOUTOR ULYSSES - PV - Declaro que a bancada do PV está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de obstrução da bancada do PV.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Declaro que a bancada do PSD está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de obstrução da bancada do PSD.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Declaro que a bancada do PCdoB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de obstrução da bancada do PCdoB.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - PRB - Declaro que a bancada do PRB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de obstrução da bancada do PRB.

O SR. ED THOMAS - PSB - Declaro que a bancada do PSB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de obstrução da bancada do PSB.

O SR. GILMAR GIMENES - PP - PARA COMUNICAÇÃO - Quero registrar a presença do nosso prefeito, grande amigo, Marquinho, prefeito de Pedranópolis.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Agradeço, em nome de todos os deputados, a presença do prefeito Marquinho, de Pedranópolis.

- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 33 Srs. Deputados: 32 votaram “sim”, um votou “não” e este deputado na Presidência, quórum insuficiente para aprovar o requerimento de inversão da Ordem do Dia do deputado Barros Munhoz.

Item 1 - Veto - Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2004, (Autógrafo nº 26629), vetado totalmente, de autoria da deputada Analice Fernandes. Autoriza a execução de atividades de Enfermeiros, Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais e Administrador Hospitalar sob a forma de plantão. Parecer nº 128, de 2006, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Art. 28, § 6º da Constituição do Estado).

Em discussão. Para discutir a favor, tem a palavra o nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Wellington Moura e suspende a sessão por dez minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 19 horas e 42 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 47 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macrís.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência irá levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 19 horas e 48 minutos.
